

CNPJ 78.119.336/0001-65

Ofício n.º 021/2025

Laranjeiras do Sul, em 25 de marco 2025.

Exmº. Sr. JAISON RODRIGO MENDES Prefeito Municipal Nesta:

PREZADO SENHOR PREFEITO:

de 35/03/3025 ANTONIO JOEL DEMETRIO

ANTONIO JOEL DEMETRIO

ANTONIO JOEL DEMETRIO Assuntos Legislativos CPF: 913.419.739.72

Apenso para conhecimento e tomada das providências legais cabíveis, devidamente "APROVADOS" por este Poder, encaminho a Vossa Senhoria, os seguintes PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 007/2025

POR ORDEM DE APROVAÇÃO

PROJETO DE LEI №. 01/2025

Autoria:

Vereador Juvinha Viola

Súmula: Declara e Reconhece como Entidade de Utilidade Pública Municipal, a ABLS - ASSOCIAÇÃO DE BOCHA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR., fundada em 23/03/2023, portadora do CNPJ: 51.818.818/0001-57, com sede na rua Visconde de Mauá, nº 120, anexo a ASPM.

PROJETO DE LEI Nº 008/2025

POR ORDEM DE APROVAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº. 005/2025

Autoria: Poder Executivo Municipal

Súmula: ADOTA A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ELABORADA PELA ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS (ONU), ESTABELECE

DIRETRIZES EM ÂMBITO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI № 009/2025

POR ORDEM DE APROVAÇÃO

PROJETO DE LEI №. 007/2025

Autoria:

Súmula:

Poder Executivo Municipal

09 DE MARÇO DE 2022.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 001/2022 DE

Sem mais para o momento, reitero votos de apreço e consideração.

Atenciosamente.

IOVANII DO do de forma digital VIOLA:9408925 VIOLA:94089256968

09:33:28-03:00*

JUVINHA VIOLA

Presidente Gestão 2025/2026

Fone/Fax: (42) 3635-6861 - (42) 3635-4308

www.camara.pr.gov.br - camara@cmls.pr.gov. Palácio do Território do Iguaçu - Praça Rui Barbosa - Rua Sete de Setembro - Nº 1 - Centro - CEP: 85301-070 Laranjeiras do Sul - PR



CNPJ 78.119.336/0001-65

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL ESTADO DO PARANÁ APROVOU O SEGUINTE PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 008/2025

25/03/2025

<u>SÚMULA</u>: ADOTA A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ELABORADA PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), ESTABELECE AS DIRETRIZES EM ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º- Fica instituído o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com objetivos a serem implementados visando orientar políticas públicas municipais.

Parágrafo único. Os dispositivos que criam e organizam o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas se aplicam, no que couber, ao Poder Executivo através de Decretos.

Art. 29- Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

 I – Agenda 2030: documento elaborado pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, composto de uma declaração, 17 (dezessete) objetivos e 169
 (Cento e sessenta e nove) metas, subscrita pela República Federativa do Brasil:

 II – Desenvolvimento sustentável: nível de desenvolvimento difuso capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das futuras gerações;

 III – Políticas públicas municipais: programas, ações e atividades planejadas e realizadas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal para garantir aos cidadãos do município o acesso a direitos constitucionais; e

IV – ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 3º - São Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados pelas políticas públicas municipais:

I – ODS 1: erradicação da pobreza;

II – ODS 2: fome zero e agricultura sustentável;

III - ODS 3: saúde e bem-estar;

IV - ODS 4: educação de qualidade;

V - ODS 5: igualdade de gênero;

VI – ODS 6: água potável e saneamento;

VII - ODS 7: energia acessível e limpa;

VIII - ODS 8: trabalho decente e crescimento econômico;

IX – ODS 9: indústria, inovação e infraestrutura;

X – ODS 10: redução das desigualdades;

XI - ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis;

Fone/Fax: (42) 3635-6861 - (42) 3635-4308



CNPJ 78.119.336/0001-65

XII - ODS 12: consumo e produção responsáveis;

XIII - ODS 13: ação contra a mudança global do clima;

XIV – ODS 14: vida na água; XV – ODS 15: vida terrestre;

XVI – ODS 16: paz, justiça e instituições eficazes; e XVII – ODS 17: parcerias e meios de implementação.

- Art. 4º- O Programa Municipal de Implementação desenvolverá, entre outras, as seguintes iniciativas:
- I Promover a integração de todos os atores sociais e políticos envolvidos na implementação da Agenda 2030, no plano de ação global para em 2030 alcançarmos o desenvolvimento sustentável;
- II Promover a internalização, a difusão, a transparência e a eficiência ao processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal, fomentando o acesso e produção de dados, canais de participação e informações gerais para o acompanhamento das ações orientadas ao cumprimento da Agenda;
- III Promover iniciativas para o reconhecimento do papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos:
- IV Promover a integração da agenda urbana de nosso municipio com a implementação da Agenda 2030 e dos ODS no âmbito municipal;
- V Fomentar a adoção, pelos órgãos públicos, da implementação da Agenda 2030, seja no incentivo às boas práticas correlatas ou na orientação de ações e políticas públicas;
- VI Incentivar o cadastramento e monitoramento de desempenho dos ODS e aderência às metas que compõem a Agenda 2030, auxiliando na parametrização de seus indicadores e a elaboração dos relatórios resultantes;
- VII Incentivar e auxiliar as iniciativas da sociedade civil organizada no cadastramento e catalogação de todas as iniciativas sociais correlatas aos ODS;
- VIII Promover a integração, o diálogo intersetorial e articulação entre as esferas governamentais, a sociedade civil e outras iniciativas afins ligadas à implementação da Agenda 2030 em âmbito municipal, especialmente no que concerne aos meios de ação, apoio institucional e logístico e critérios para monitoramento e efetivação de todas as iniciativas afetas ao tema;
- IX Intensificar e auxiliar os mecanismos de participação social na disseminação e implementação da Agenda 2030, inclusive com articulações entre o primeiro, o segundo e o terceiro setor, recepcionando e incentivando, de forma integrada, estas iniciativas.
- Art. 5º- São instrumentos do Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030:
- I O Plano Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- II As medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular as ações de alcance dos ODS, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos;
- III As linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;
- IV As dotações específicas para ações de alcance dos ODS no orçamento municipal;
- V As medidas de divulgação, educação e conscientização;
- VI O monitoramento das ações do programa;



CNPJ 78.119.336/0001-65

VII – O conjunto de indicadores que servirão de base para o monitoramento das ações.
 Art. 6º - O Poder Executivo deverá:

- I Adotar, quando pertinentes, os ODS e as correlatas metas que compõem a Agenda 2030 como parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, políticas públicas e intervenções governamentais, inclusive com a divulgação dos ODS que serão fomentados em cada intervenção, promovendo campanhas educativas e de conscientização sobre a importância da integração de todas as iniciativas em prol da sustentabilidade;
- II Instituir e estimular, em todos os seus órgãos, iniciativas tais como comissões internas de servidores para identificar as atividades, práticas, políticas e intervenções governamentais que se relacionem com ODS e as correlatas metas que compõem a Agenda 2030, contribuindo para fomentar os indicadores e coletar informações e dados conforme as diretrizes desse Programa.
- III Incluir em seu planejamento de políticas públicas as futuras atividades, iniciativas e intervenções governamentais que possam guardar relação com os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as correlatas metas que compõem a Agenda 2030 incluindo-se a identificação dos correspondentes indicadores e elaboração de relatórios correlatos.
- IV Elaborar relatórios de acompanhamento de suas iniciativas segundo as diretrizes e práticas experimentadas nacional e internacionalmente e conforme os indicadores pertinentes à Agenda 2030:
- V Incentivar as iniciativas da sociedade civil que se relacionem com os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as correlatas metas que compõem a Agenda 2030, contribuindo para fomentar seus indicadores.
- Art. 7º.- A rede municipal de ensino poderá realizar atividades visando conscientizar sobre a Agenda 2030 buscando integrar a comunidade estudantil e educadores no conhecimento dos ODS bem como as metas a serem alcançadas;
- Art. 8º.- A participação neste Programa será aberta às instituições públicas e privadas e à comunidade científica, que serão convidadas a participar das discussões e a apresentar sugestões.
- **Art. 9°.** Fica autorizada a criação da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pelo Poder Executivo, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, orientada para a articulação, a mobilização e o diálogo com a estrutura integral do governo municipal, a iniciativa privada e a sociedade civil, que será convidada a participar das discussões e a apresentar sugestões.
- **Art. 10.** As despesas afetas a este Programa correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, em 25 de março de 2025



CNPJ 78.119.336/0001-65

JOVANILDO Assinado de forma digital por VIOLA:9408 VIOLA:9408 9256968 Dados: 2025.03.25 09:48:17 -03'00'

JUVINHA VIOLA Presidente Gestão 2025/2026